

CLÁUDIO TORRES

O Islão no Ocidente Ibérico

COIMBRA – 2003

**Separata de *Minorias étnicas e religiosas em Portugal*
*História e actualidade***

Actas do Curso de Inverno 2002

O ISLÃO NO OCIDENTE IBÉRICO

CLÁUDIO TORRES*

I

Em finais do século XV, a conquista de Granada pelos Reis Católicos lançou em toda a Península Ibérica, e no seu imaginário, uma alegoria de sonho e esplendor, onde a Alhambra brilhava como o refúgio das artes e da música, como o paradigma dos palácios das mil e uma noites. A partir desse momento, nada será como antes na arquitectura palatina ibérica e sobretudo nas artes decorativas do mudejarismo que, por todo o lado e sobretudo para as bandas do Sul, vai substituir ou revigorar um gótico rebuscado e decadente. Inspirados nos pátios e pórticos da alcáçova nascida, serão criados novos volumes justapostos e abertos espaços interiores mais luminosos nos seus painéis de azulejaria multicolor onde se reflectem as fantasias de uma sociedade cortesã que, de certa forma, pensou ter conquistado o paraíso.

Na parte ocidental do *al-Ándalus* não tivemos porém qualquer centro urbano, qualquer alcáçova que pudesse ombrear com Granada, Córdoba ou Sevilha. Por várias razões geo-históricas, o *al-Gharb* foi sempre uma zona marginal, sem grandes palácios nem monumentos, longe das maiores aglomerações que, naturalmente, foram surgindo ou crescendo nas terras férteis do Guadalquivir. Na última centena de anos alguns investigadores portugueses tentaram localizar nos Paços da Vila de Sintra um possível palácio andaluz. Hoje sabemos que este belo conjunto arquitectónico, tal como agora se apresenta, embora com fundações anteriores, é sobretudo uma criação mudéjar e romântica. Como a maioria dos nossos monumentos, também ele é um conglomerado de várias épocas, o resultado de muitos ajustes e emendas, como sempre tem acontecido por estas bandas em

* Campo Arqueológico de Mértola.

que, por falta de outros meios, sobretudo financeiros, sempre se recorreu ao acréscimo, ao compromisso. É essa a dinâmica histórica que, felizmente, tem caracterizado esta nossa região mais marginal, permitindo a sobrevivência de insólitos monumentos onde se acumulam e entrecruzam de forma criativa os mais variados e desencontrados estilos e técnicas. Por falta de importância e de protagonismo, por afastamento dos caminhos principais e, muitas vezes, na ausência de interesses directos, o compromisso parece ter sido a opção, em vez de completas remodelações. Este fenómeno, comprovado pela investigação mais recente, foi particularmente sensível durante os períodos conturbados da primeira islamização, ou seja, entre os séculos VIII e XI.

Em vez de grandes invasões ou da deslocação de milhares de soldados árabes e berberes que em 711 teriam entrado na Península Ibérica vindos do Norte de África, cremos hoje que o fenómeno da islamização, sobretudo nesta parte ocidental, não é repentino nem, sobretudo, castrense, arrastando-se lentamente ao longo de muitas dezenas de anos. Os acontecimentos de inícios do século VIII, muito mais do que um acto de conquista militar, – que, nas suas devidas proporções, se enquadram no processo de formação de um novo modelo de estado – devem ser relacionados em primeiro lugar com a abertura a novos mercados, com uma nova circulação de gentes, produtos e ideias. Mais importantes para a islamização do que os soldados transportados em 711 sobre o Estreito de Gibraltar, teriam sido certamente os comerciantes vindos de Túnis, Beirute ou Alexandria que, por esses tempos, podem começar a instalar-se de forma permanente, fazendo prosperar comunidades de levantinos, por vezes já antigos e assíduos clientes dos portos e cidades do *al-Ándalus*. Os mares tinham sido pacificados como já não acontecia desde os tempos áureos do Império Romano, e as rotas do Oriente mediterrânico começaram a trazer milhares de mercadores, já nessa altura convertidos ao Islão. As populações autóctones, sobretudo os cidadãos, habituados a transaccionar com os mercadores das costas libanesas, vão aprendendo a nova língua internacional e convertendo-se à nova religião, de tal forma que, em finais do século XI, cerca de metade dos habitantes do *Gharb-al-Ándalus* estaria já islamizada, falando árabe e praticando a religião muçulmana. Sabemos também que este processo de conversão ao maometanismo é acelerado mais tarde, com as invasões Almorávidas e Almóadas, quando os novos poderes magrebins dificultam o exercício de culto às religiões minoritárias – cristã e judaica – tornando mais difícil, ou nalguns casos mesmo impossível, a sua sobrevivência. Nos últimos anos de vida do *al-Ándalus*, a partir sobretudo de mea-

dos do século XII, é notória uma clara afirmação de um fundamentalismo religioso que, de certa forma, reage e responde a um outro movimento de sinal contrário que, por esse tempo, anima as hostes da "Reconquista" na sua cruzada contra os "infiéis". Mais do que duas religiões, enfrentavam-se nessa altura na Península Ibérica duas formações sociais antagónicas – uma sociedade feudal contra uma sociedade tributária; duas culturas – um conjunto de jovens e belicosos senhores da guerra oriundos das terras montanhosas e húmidas do Norte contra o velho mundo mediterrânico; duas religiões – um cristianismo senhorial em expansão pela Europa, capitaneado pela Ordem de Cluny, contra um mundo muçulmano que atingira a ocidente os limites da sua capacidade de aglutinação.

Porém o que hoje mais nos interessa é compreender o período imediatamente anterior, ou seja, o *al-Ándalus* antes de finais do século XI e a sua parte mais ocidental, onde durante quatro séculos conviveram, aparentemente sem grandes litígios, as três religiões do Livro: um Islão triunfador e politicamente dominante, um Cristianismo em desânimo repartido por várias heresias (arianismo, monofisismo, donatismo, monotelismo, priscilianismo, etc.) e um conjunto de prósperas comunidades judaicas fixadas nas principais cidades portuárias, onde continuavam a controlar uma parte significativa das transacções internacionais.

Nas escavações arqueológicas que têm prosseguido na área palatina da velha cidade romana de Mértola, constatámos recentemente a existência de um faustoso baptistério, revestido a mármore e rodeado de belos mosaicos alegóricos, relacionáveis com a iconografia paleocristã e datados do século VI. Como nessa época só um bispo podia officiar a cerimónia do baptismo, habitualmente celebrada uma vez ao ano, pela Páscoa, e como nunca foi comprovada a existência de qualquer diocese em Mértola, fomos levados a sugerir a hipótese de o provável bispo mertolense ser o representante de uma das muitas heresias que nessa altura dividiam a cristandade. Não foi difícil relacionar estas prováveis instalações episcopais com umas lápides funerárias, escritas em grego, datadas dessa mesma época e hoje expostas localmente na basílica paleocristã. Entre a meia dúzia de personagens citados nas inscrições, certamente pertencentes às elites urbanas, dois deles chamavam-se Eutyques. Ora Eutyques tinha sido em meados do século V, cerca de cem anos antes, o fundador do monofisismo, ou seja, de uma corrente cristã ou heresia condenada por todos os concílios posteriores e que viria a consolidar-se nas orlas meridionais do Império Bizantino, em várias cidades do Mediterrâneo Oriental. Desde essa altura que as cidades de Alexandria, Damasco e Antioquia, dominadas por fortes

comunidades de monofisitas, travaram uma guerra prolongada contra o poder imperial de Bizâncio, cada vez mais transformada em contestação da ortodoxia religiosa da capital. O monofisismo ou *eutiquianismo*, hoje ainda resistente no Egito e na Síria, é um cristianismo que não aceita a Trindade, e em que a figura de Cristo se confunde e dilui na substância divina. O conceito de Deus é único, indivisível e irrepresentável aproximando-se do mais puro abstraccionismo, como era apanágio das tradições filosóficas da escola alexandrina de Plotino e em geral das comunidades de mercadores dos portos libaneses e Mar Vermelho. É um conceito de Deus muito próximo do que em breve vai servir de bandeira ao expansionismo islâmico que acusa de politeístas os cristãos trinitários e católicos de Roma e Bizâncio.

Ora, não será por acaso que estes centros urbanos e portuários do Mediterrâneo Sul, dominados maioritariamente pelo cristianismo monofisita e por comunidades judaicas, profundamente hostis ao Império Bizantino, vão ser em breve os mais activos pólos receptores e difusores do Islão nascente. Só por inércia continua a ser afirmado que a nova religião mono-teísta pregada por Mohamed teria sido imposta a fio de espada por bandos armados de nómadas oriundos das areias do deserto. Porque, de facto, a religião muçulmana bebe as suas raízes nas anteriores religiões do Livro – o judaísmo e o cristianismo – consolidando a sua doutrina nas grandes cidades, sobre as vias mercantis que ligavam todos os portos. É uma religião tipicamente urbana, mediterrânica de origem e estrutura, uma religião de síntese que se firma solidamente junto das comunidades de mercadores e embarcações, onde o terreno já tinha sido preparado pelo judaísmo e por um cristianismo herético, monofisita ou mesmo nestoriano, também intransigentemente mono-teísta, com o qual chega a ser inicialmente confundido. Não podemos compreender a fulgurante expansão muçulmana seguindo apenas no encalço dos exércitos iemenitas ou arábicos nas suas caminhadas de milhares de quilómetros através da Líbia e da Tunísia, ou perseguindo grupos beduínos, nas orlas do deserto. Não devemos esquecer que as novas ideias trazidas pelo Islão voltaram a sulcar as mesmas rotas marítimas que as grandes religiões anteriores herdeiras e seguidoras do Livro, instalando-se naturalmente nos mesmos portos e cidades do Mediterrâneo, penetrando profundamente entre as camadas populacionais mais exploradas da *Espania* meridional, ainda em luta contra as tropas imperiais de Bizâncio e onde começava a fazer sentir-se a prepotência cada vez mais insuportável do poder feudal da corte de Toledo. Durante o século VI a igreja visigótica, ainda ariana ou já convertida por decisão régia ao culto romano, perseguia

desapiedadamente as comunidades judaicas e outras minorias cristãs que enxameavam os portos do Sul.

Não será portanto descabido afirmar que uma cidade portuária como Mértola, possivelmente dominada religiosa e politicamente por uma elite monofisita, terá sido mais rápida e solidamente assimilada por um Islão que difundia princípios a todos já familiares e sobretudo hostis aos funcionários de Toledo ou Bizâncio.

Para quem investiga a primeira expansão do Islamismo, torna-se cada vez mais claro que, a partir do século VIII, todos os centros mercantis são zonas tendencialmente islamizáveis. Nessa época, toda a economia mediterrânica se confunde de forma indissociável com um espaço dominado por uma formação social tributária, organizada em múltiplas células urbanas perfeitamente auto-suficientes, em que a língua árabe, substituindo o grego e o latim, serviu de principal elo unificador. De tal forma isso é notório que, na Córdova califal, as elites cristãs lamentavam o facto de os jovens se recusarem a falar latim, preferindo falar e escrever em árabe.

II

Nos primeiros anos, quando viemos para Mértola, o objectivo era descobrir os árabes, aquela civilização que durante cinco séculos tinha dominado o Sul de Portugal e sobre a qual pouco ou nada sabíamos. E afinal, em vez de árabes, em vez de tropas berberes que se teriam fixado nas serranias do Baixo Alentejo, em vez de antigos nómadas do deserto, sedentarizados nas hortas algarvias, viemos encontrar simplesmente comerciantes, artesãos e camponeses. Viemos encontrar comunidades de pastores, a apascentar os seus rebanhos nos mesmos baldios, a habitar as mesmas casas, a comer das mesmas hortas e pomares – como já o tinham feito os seus antepassados em épocas bem antigas, em alguns casos de tempos anteriores à própria romanização. Esta foi a resposta insofismável de muitos anos de investigação no terreno, de muita prospecção e de várias escavações em povoados abandonados.

Nas cidades, nos aglomerados urbanos, como Mértola, o fenómeno é diferente. Naturalmente que, durante os primeiros tempos de controlo político do Emirato de Córdova, se instalaram nas cidades contingentes militares certamente constituídos por mercenários berberes ou eslavos, comandados por chefes ligados directa ou indirectamente a famílias ou tribos orientais. Formaram-se pequenas elites de estrangeiros ou sobretudo de conversos que ocuparam as alcáçovas e zonas mais protegidas, cobrando impostos à população. Porém a quantidade e variedade de artefactos reco-

lhidos na investigação arqueológica e oriundos do exterior, a introdução de algumas técnicas arquitectónicas e decorativas denotando a chegada de outras gentes, de outras modas, não é certamente obra destes soldados sempre recrutados nas orlas do mundo civilizado. O processo claro de orientalização e de islamização que atinge nessa época as cidades do *al-Ándalus* não ficou a dever-se a estes militares e sim, como antes vimos, a uma pacificação das rotas marítimas que permitiu a circulação de comerciantes e artesãos que se vão fixar nos centros urbanos, junto dos portos ou dos principais centros políticos. Ao contrário do militar, preparado para ver no desconhecido um inimigo, o mercador, na lógica do seu próprio interesse, vê no Outro um cliente. Um cliente com o qual tem de aprender a comunicar para lhe vender o seu produto e para o convencer a manter relações comerciais.

Ao inverso da cidade, constantemente agitada por esta dinâmica de inovação, no mundo rural deparamos com uma teimosa continuidade, com tradições que muitas vezes se mantêm arreigadas durante séculos. Nestas zonas mais agrestes do Baixo Alentejo, por exemplo, são inúmeros os povoados de cume onde uma rápida prospecção de superfície nos permite confirmar uma ocupação humana desde pelo menos a segunda Idade do Ferro (IV, III séculos a.C.). É o caso bem conhecido da aldeia de Garvão, situada a cinco léguas de Mértola, onde, na escavação arqueológica de um santuário da Idade do Ferro, foram encontradas centenas de ex-votos oferecidos a um deus desconhecido. Entre as oferendas encontram-se algumas pequenas placas em prata onde está gravado em relevo um par de olhos, muito semelhantes àquelas que em tempos recentes eram ofertadas a Santa Luzia a pedir protecção para as doenças de olhos. Ora, curiosamente, não muito longe deste santuário onde há dois mil e quinhentos anos era adorada uma divindade que tratava dos males da vista, ergue-se ainda hoje uma capela cuja invocação é Santa Luzia – ela também encarregada pela crença popular de sarar as maleitas dos olhos.

Estes são os factos da história longa, da história de comunidades camponesas onde o tempo não é contado da mesma maneira, onde os ritmos se confundem com os ciclos da vida.

III

Na estrutura arquitectónica das casas, nos materiais e técnicas construtivas, nas formas de utilizar e viver os espaços interiores e exteriores da habitação, nos saberes e hábitos artesanais e alimentares, fomos encontrar em níveis arqueológicos dos séculos XI e XII muitos elementos idênticos ou

perfeitamente identificáveis com a vida actual das comunidades camponesas. O que, de certa forma, é compreensível dado que, de uma forma geral, a actividade dos seus habitantes foi sempre a pastorícia até aos tempos modernos. Os Campos de Ourique serviam de invernadeiro aos rebanhos estremenhos e durante as longas estiagens era praticada a transumância para as cumeadas de Monchique ou mesmo para a Serra da Estrela. Nestas comunidades serranas em que historicamente, além de pastores, os homens se dedicavam à pequena mineração, à caça e à pesca, o papel da mulher torna-se socialmente mais relevante. Este facto, entre outros indícios, vem reflectir-se no seu controlo completo das hortas circundantes, da maioria das técnicas artesanais e é notório sobretudo no destaque que, no conjunto da habitação, é acordado à cozinha, como centro cívico do espaço familiar. Foram estes pormenores de ocupação do espaço, as técnicas de olaria e tecelagem, as formas e modos de cultivar e cozinhar que, a pouco e pouco, fomos encontrando em vez de ocupantes militares árabes ou colonizadores berberes. E, no entanto, embora pouco perceptíveis, os dados arqueológicos não afastam alguns sinais da islamização, concretizados em artefactos importados, que, pela sua durabilidade, se resumem quase só a recipientes cerâmicos. Durante os períodos conturbados que se seguiram à derrocada da máquina político-militar do Império Romano, e que se prolongaram sob o longínquo e desorganizado poder proto-feudal do reino de Toledo, estas comunidades camponesas consolidaram os seus sistemas de autodefesa, organizando o seu território em espaços de controlo colectivo. Se entendermos o processo de islamização como, sobretudo, a instalação de uma rede comercial inter-urbana, como o reforço de cada cidade como pólo agregador do seu território, também podemos compreender como nesta época foi incentivado o processo de autonomia das comunidades camponesas e abertos os caminhos aos mercadores no acesso aos mais afastados povoados da serra. Por outro lado, o novo poder muçulmano, ao contrário da rígida hierarquia feudal assente na posse da terra e daqueles que nela trabalham, de uma forma geral não interfere directamente na gestão territorial, interessando-se apenas na cobrança dos tributos, mantendo intactos os poderes tradicionais. As comunidades rurais, e mesmo as pequenas cidades e o seu termo, mantêm a sua autonomia, continuam a escolher os seus representantes, os seus anciãos ou homens bons. Depois da "Reconquista" do século XIII, foi ainda com estes anciãos, mandatários das *aljamas* (comunidades), únicos conhecedores dos terrenos e dos seus limites, que os novos senhores negociaram a repartição das herdades e a apropriação dos baldios.

Por conseguinte, a partir do século XI, apesar da islamização estar de facto consolidada apenas nos centros urbanos, toda a sociedade, mesmo a rural, está sob a sua influência, mais económica e ideológica que política ou militar. Nessa altura, em quase todo o *Gharb-al-Andalus*, a língua árabe é já dominante no comércio e na vida citadina, ao contrário das zonas rurais onde serão ainda maioritários os falares romances e um moçarabismo religioso repartido por várias correntes cristãs pouco respeitadoras da ortodoxia romana. Aliás é curioso destacar que na transição do século XI para o XII e passado quase meio século sobre a conquista da cidade, a poderosa comunidade moçárabe de Coimbra, que parece ter sido sempre maioritária na região, opõe-se terminantemente às ordens de Roma, aliando-se sintomaticamente aos muçulmanos do Sul. E de facto estes cristãos moçárabes, tal como as comunidades judaicas, implantados fortemente nas principais cidades, além de romance, falavam árabe, estavam profundamente impregnados da sua cultura e principalmente tinham toda a sua vida virada para as rotas do Mediterrâneo, para os contactos comerciais com outras cidades e portos.

De facto, podemos dizer que a islamização do Ocidente Ibérico foi sobretudo veiculada por mercadores orientais, nessa altura maioritariamente seguidores de cultos cristãos heterodoxos ou judaicos. Ou seja, estas comunidades presentes em todos os portos são os primeiros veiculadores das novidades religiosas, das ideias novas, das coisas que vêm do Oriente, e entre elas também, e obviamente, a palavra corânica. Nos arquivos da sinagoga Janiza do Cairo, foram recolhidos inúmeros documentos, entre os quais milhares de cartas escritas em árabe – que era a língua franca da época – datáveis do século XI e pelas quais ficamos a saber o relacionamento comercial existente entre os elementos de uma empresa familiar espalhados por variados portos do Mediterrâneo. Ficamos a conhecer os produtos mais solicitados, a maneira de os transportar de porto para porto e principalmente a forma criativa de ultrapassar as dificuldades de transporte entre as cidades cristãs do Norte e os entrepostos muçulmanos a sul. Por exemplo – e este é um caso plausível que resume e simplifica a ideia principal que atravessa este conjunto epistolar – o patriarca do clã familiar que habitava o Cairo aconselhava um dos filhos que vivia em Faro: quando vieres com o vinho e os figos secos embarca numa *carib* muçulmana, é mais seguro viajares pelo Sul. De caminho, ao fundear em Túnis, aproveita para embarcar meia centena de ânforas de azeite e um quintal de peles curtidas que aqui no Egipto podem ser vendidos a bom preço. No regresso ao *al-Ândalus*, já

previ o fretamento de um veleiro cristão, mais conveniente para negociar em Amalfi e Marselha.

Este é o ambiente que, durante o século XI, domina todo o Mediterrâneo. É uma época de apogeu da civilização islâmica, definida sobretudo por um mosaico de gentes, de povos e religiões que aprenderam a coabitar e que falam árabe para se entenderem. Nada nos impede de imaginar – porque esse facto era certamente muito vulgar – que aquele mercador judeu, cidadão de Faro, fosse cristão na passagem por Génova, assim como muçulmano ao lançar ferro no porto de Aden. Ao longo do Mediterrâneo, como já tinha sucedido com a história conturbada dos povos árabes da Síria até ao Iémen, estes grupos mais ou menos nómadas nas orlas dos desertos ou espalhados pelos portos de todos os mares, foram judeus e foram cristãos, antes de serem muçulmanos.

Todo o território do *al-Ándalus* até ao tempo dos impérios magrebins, e mesmo durante as tentativas califais de unificação, foi sempre um mosaico de grandes e pequenas células urbanas onde o poder militar era exercido por um alcaide ou governador dependente dos equilíbrios políticos regionais e o poder económico era manejado por influentes mercadores. Tanto aquele como estes pertenciam quase sempre a importantes famílias locais que se revezavam nos cargos principais. Desta forma, apesar de toda a sociedade estar perfeitamente integrada numa formação social islâmica, em vários territórios mais afastados ou de difícil acesso, mantêm-se até ao século XI alguns bastiões sob o controlo de senhores feudais que, obstinadamente, vão resistindo às imposições e tributação do estado califal. Foi o caso por exemplo dos Ibn Marwan que, durante quase um século, conseguiram defender a sua autonomia aliando-se ora aos muçulmanos, ora aos cristãos do Norte. Este poderoso clã familiar originário do povoado fortificado de Marvão, de onde tirou o seu apelido, embora aparentemente convertido ao islamismo, aproveitou a indefinição das fronteiras para consolidar o seu poder. Aproveitando as dificuldades de acesso, nas serras da região de Córdova, em Bobastro, o mesmo sucedeu com Ibn Hafsun que, nessa mesma época e durante toda a sua vida, resistiu aos exércitos cordoveses.

Não podemos dizer que o *al-Ándalus* foi um jardim de flores e música, um oásis de paz e progresso no mundo conturbado e agressivo do seu tempo. Não podemos nem devemos mitizar esta civilização como uma espécie de paraíso perdido de onde foi expulso o choroso Boabdil, último rei de Granada. Durante toda a sua história, como em todo o Mediterrâneo,

sucederam-se guerras e agressões, mesmo até actos de intolerância e violência gratuita. E no entanto não é fácil encontrar uma sociedade que, de forma tão criativa, conseguisse fazer a síntese de tantos saberes, transmitindo para o futuro a imagem de temperança e sobretudo de capacidade de fazer conviver os que eram diferentes, de resolver de forma inteligente as tensões que naturalmente eclodiam entre os mais variados cultos e seitas religiosas.

São estas experiências históricas e ensinamentos que muitas vezes, no redemoinho paranóico dos dias de hoje, somos levados a esquecer. Continuamos a insistir na imposição dos nossos modelos civilizacionais aos outros, a afirmar a nossa superioridade civilizacional, esquecendo que foi a nossa civilização ocidental que há muito poucas dezenas de anos criou e alimentou o holocausto de milhões de europeus.

Só a mais triste incultura e ignorância histórica pode justificar este ataque desenfreado da poderosa máquina de guerra americana contra países muçulmanos, contra populações que o colonialismo afastou do chamado progresso contemporâneo, contra o berço de civilizações que, de certa forma, são a razão de ser das ciências e saberes actuais. Estes bombardeamentos e massacres de inocentes só virão exacerbar os fundamentalismos, fazendo esquecer que foram precisamente esses povos muçulmanos que pela primeira vez criaram a arte de conviver pacificamente com os diferentes, que sempre acolheram as mais variadas comunidades cristãs, que abrigaram milhares de judeus quando a Europa católica os queimava nas fogueiras da Inquisição.